

DOUGLAS FERREIRA | REDE CÂMARA SP



Documento é assinado por Amanda Vettorazzo (UNIÃO) e Kenji Ito (PODE)

Comissão pede ao MP apuração de empresa de câmeras corporais

A Comissão de Segurança Pública da Câmara de São Paulo encaminhou ao Ministério Público um pedido de investigação sobre uma empresa ligada ao fornecimento de câmeras corporais. A medida foi aprovada pelos vereadores em reunião do colegiado e solicita que o órgão apure possíveis irregularidades relacionadas à atuação da companhia. O documento traz informações apresentadas à comissão e pede análise dos fatos pelas autoridades competentes. O envio não representa a abertura automática de inquérito nem comprova as suspeitas levantadas. Caberá ao Ministério Público do Estado avaliar o material levantado, decidir se há elementos para instaurar apuração e também definir providências. A empresa poderá apresentar esclarecimentos caso seja formalmente acionada pela justiça. A comissão informou, ainda, que acompanhará o andamento do pedido.

GCM paulistana completa 40 anos de ação

A Guarda Civil Metropolitana (GCM) de SP completou 40 anos nesta terça-feira (15). Criada em 15 de setembro de 1986, então prefeito Jânio Quadros, a corporação iniciou as atividades com 150 agentes e ampliou sua estrutura nas últimas quatro décadas. A GCM está organizada em cinco comandos operacionais — Centro, Leste, Norte, Oeste e Sul — e mantém mais de 30 inspetorias distribuídas pela capital. A atuação inclui a proteção de bens, serviços e instalações municipais, o patrulhamento preventivo.

DIVULGAÇÃO/PREFEITURA DE SP



A GCM está organizada em cinco comandos operacionais

Formação dos agentes da Guarda

A formação dos agentes começou antes da criação oficial da corporação. A unidade de ensino foi instituída em março de 1986 e passou por reorganizações. Em outubro de 2025, foi transformada na Academia de Ensino e Pesquisa em Segurança Urbana, responsável pela formação, capacitação e atualização profissional dos integrantes da GCM. Além do trabalho nos bairros, a Guarda Civil mantém há mais de 20 anos uma equipe encarregada da segurança da Câmara Municipal de São Paulo, no Palácio Anchieta, na região central.

Atuação do grupo na capital paulista

O grupo atua na proteção do prédio, de servidores, parlamentares e visitantes, além de acompanhar as atividades realizadas no Legislativo paulistano. A Guarda Civil Municipal integra a estrutura da Secretaria Municipal de Segurança Urbana. Sua organização, as atribuições das unidades e a distribuição dos comandos e inspetorias da Guarda são definidas por leis e decretos municipais.

Atividades suspensas

A Câmara Municipal de São Paulo cancelou a Sessão Plenária prevista para terça-feira (15/9) após a morte de Daniel Honorato da Silva, pai da vereadora Keit Lima (PSOL). A decisão foi comunicada pelo primeiro vice-presidente da Casa, João Jorge (MDB), antes do horário reservado aos trabalhos legislativos do dia. O plenário não abriu.

Luto altera a agenda

A desconvocação seguiu o procedimento adotado pelo Legislativo em caso de falecimento de familiares de parlamentares. Com isso, não houve abertura da sessão ordinária prevista para a data. A Câmara Municipal informou ainda que será realizado um minuto de silêncio em memória de Daniel Honorato da Silva no encontro seguinte.

Retorno nesta quarta

A próxima Sessão Plenária está convocada para quarta-feira (16/9), às 15h, com atividades ordinárias e extraordinárias previstas. O público poderá também acompanhar os trabalhos ao vivo pelo Portal da Câmara, pelo canal Câmara São Paulo no YouTube ou pelo canal 8.3 da televisão digital aberta, correspondente à TV Câmara São Paulo.

Curso forma docentes

A Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo iniciou, na segunda-feira (14/9), o curso Democracia, Cidadania e Participação Social na Escola. A formação é voltada a professores da educação básica e aborda conceitos relacionados à vida pública e à participação social no ambiente escolar. A programação começou nesta semana.

Democracia nas salas

O programa apresenta aos docentes fundamentos da democracia, da cidadania e dos direitos humanos. Também estão entre os conteúdos os direitos civis, políticos e sociais. A proposta é relacionar esses temas à atuação dos professores e, também, às atividades desenvolvidas com estudantes no ensino básico municipal.

Parlamento vira tema

A formação terá duração de duas semanas, com dez aulas previstas. Parte do conteúdo será dedicada ao papel do Poder Legislativo, com atenção aos assuntos ligados à atuação do Parlamento municipal na promoção da cidadania ativa. O curso é organizado pela Escola do Parlamento, vinculada à Câmara de São Paulo.



WILSON DIAS/AGÊNCIA BRASIL

Nunes é contra a liberação de mototáxis na capital e vai recorrer

Nunes cita fim de programa municipal de Wi-Fi em SP

Prefeitura consulta STF sobre alcance do bloqueio imposto ao instituto

Da Redação

O prefeito de SP, Ricardo Nunes (MDB), afirmou que o programa Wi-Fi Livre SP poderá ser encerrado caso a Prefeitura fique impedida de manter os pagamentos ao Instituto Conhecer Brasil (ICB). A entidade responsável pela operação do serviço teve as atividades financeiras bloqueadas por decisão do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF). A administração municipal aguarda esclarecimentos da Corte antes de definir o futuro do contrato.

A Procuradoria-Geral do Município apresentou uma petição ao STF para saber se a medida também alcança os repasses vinculados ao programa. A Prefeitura sustenta que busca segurança jurídica e pretende evitar a interrupção da internet gratuita, principalmente em bairros periféricos. Nunes declarou que, se os pagamentos forem proibidos, o município poderá rescindir o acordo e suspender o serviço.

O prefeito disse que a Companhia de Processamento de Dados do Município de SP (Prodam) foi consultada sobre a possibilidade de assumir a operação. Segundo ele, a empresa municipal não conseguiria prestar o serviço pelo mesmo custo pago atualmente ao instituto. A gestão não informou

se avalia uma nova licitação ou outra alternativa para manter os pontos ativos sem o ICB.

Firmado em 2024, o contrato previa inicialmente a instalação de 5 mil pontos de conexão e tinha valor de R\$ 108 milhões. Após aditivos, o montante chegou a cerca de R\$ 157 milhões, enquanto a quantidade prevista foi reduzida para 3,2 mil pontos. A Prefeitura afirma que essas estruturas estão instaladas e que o programa já contabilizou mais de 760 milhões de acessos.

O acordo é investigado pela Polícia Civil por suspeitas de irregularidades na execução e na prestação de contas. Documentos da apuração indicam possíveis pagamentos antecipados sem a correspondente entrega dos serviços, aparente superfaturamento e utilização de faturas comerciais sem as respectivas notas fiscais. O caso passou a ser analisado pela PF por determinação do STF.

A Controladoria municipal mantém procedimento próprio para apurar a execução do acordo e seus pagamentos.

O esclarecimento solicitado pelo município deverá definir se a restrição impede apenas operações específicas ou qualquer transferência de recursos públicos relativa ao Wi-Fi Livre SP. Até uma resposta do Supremo, o serviço permanece em funcionamento na cidade.